


A RELAÇÃO DAS CRIANÇAS COM OS MUSEUS: PROPOSTA DE UM TRABALHO COLABORATIVO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA

The children's relationship with the museum: proposal for a collaborative work for the democratization of culture

Elizandra Cristina da SILVA

Departamento de Ciências da Educação
Universidade Federal de São João del-Rei
São João del-Rei, Brasil

elizcrissilva@yahoo.com.br


<https://orcid.org/0009-0002-1319-9621> 

Christianni Cardoso MORAIS

Departamento de Ciências da Educação
Universidade Federal de São João del-Rei
São João del-Rei, Brasil

tianni@ufsj.edu.br

<https://orcid.org/0000-0001-6083-0864> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 



GABRE, Solange. **Habitar o museu com a criança pequena**: formação colaborativa como possibilidade. Curitiba: Appris, 2021. 207 p.

RESUMO

Ao longo da história, as instituições museais não se constituíram como locais acessíveis para o público infantil. Apesar de haver um importante debate sobre a educação museal no Brasil e o avanço de políticas públicas, com a criação do Instituto Brasileiro de Museus (2009) e a construção da Política Nacional de Educação Museal (2017), os museus ainda se mostram despreparados para acolher a pequena infância. A partir dessas constatações, elegemos o livro aqui resenhado, *Habitar o museu com a criança pequena: formação colaborativa como possibilidade* (2021), como exemplar para contribuir para esse debate. Escrito por Solange de Fátima Gabre, essa relevante obra traz resultados de sua tese de doutorado, na qual buscou viabilizar a capacitação de professoras/es para que a relação museu-escola seja uma prática democrática e constante na Educação Infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Relação museu-escola. Educação museal. Educação Infantil. Formação de professoras/es.

ABSTRACT

Throughout history, museum institutions have become venues accessible to children's public. Despite the fact that there has been important debate over the museum education in Brazil and the advance of public policies, with the creation of The Brazilian Institute of Museums (2009) and the construction of National Policy of Museum Education (2017), museums still seem to be unprepared to host very young children in their premises. Bearing such factors in mind, the book *Habitar o museu com a criança pequena: formação colaborativa como possibilidade* (2021) has been selected as sample in order to contribute to this debate. Written by Solange de Fátima Gabre, such relevant literature goes to show results from her doctorate thesis, which enabled teachers' professional development so that the museum-school relationship become both a democratic and constant practice in children's education.

KEYWORDS: Museum-school relationship. Museum education. Children's Education. Teachers' Professional Development.

No Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, a museóloga Waldisa Rússio Guarnieri afirmava que as crianças têm direito a frequentar os museus. Em sua dissertação de mestrado, intitulada *Museu, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento*, Guarnieri (1977, p. 3) dedicou seu trabalho ao mês das crianças e já recomendava sobre as possibilidades das experiências museais para a infância. Em outro texto relacionado ao assunto, a museóloga afirma que, ao adentrar um museu, a criança:

[...] tem de reconhecer as vertentes, tem de se situar num pensamento histórico e cultural, e caminhar junto, e, inclusive, não fazer como determinados arte-educadores de museus que levam a criança no museu e de repente querem que a criança veja num quadro linhas de luz e sombra, construção artística de uma tela, etc., quando o importante ali é a criança desenvolver a sua percepção e exercer a sua liberdade (Guarnieri, 1984, p. 88).

Sempre foi preocupação de Guarnieri o *trabalhar com*, o *fazer com*, possibilitando encontros *com* o outro, a natureza, a arte, a cultura, em uma perspectiva de acolhimento e respeito à diversidade. A museóloga trabalhou a favor de projetos de acessibilidade não só pensando nas crianças, mas também nos idosos, nas pessoas com deficiências, etc. Para ela, havia a necessidade dessas minorias invisibilizadas pela sociedade fazerem uma visita ao museu e não serem simples expectadores, havendo oportunidades de interação, propostas de trabalhos que deixassem as pessoas livres para criar, perguntar, se expressar, aprender.

Em nossa história mais recente, os museus ampliaram seu campo de atuação criando setores educativos, especialmente após o Projeto de Lei n. 3.591 de 2008, que instituiu o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). À época, a gestão dos museus, em nível nacional, ficou a cargo do IBRAM, uma autarquia vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), o qual se tornou responsável por administrar 28 unidades museológicas da esfera federal (Silva, 2015, p. 70).

Desde sua fundação, o IBRAM tem lutado para manter e promover os museus brasileiros. Em 14 de janeiro de 2009, foi promulgada a Lei n. 11.904, que institui o Estatuto dos Museus, e indica em seu artigo 2º os princípios fundamentais dessas instituições:

Art. 2º – São princípios fundamentais dos museus:

I – a valorização da dignidade humana;

II – a promoção da cidadania;

III – o cumprimento da função social;

IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;

V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;

VI – o intercâmbio institucional (Brasil, 2009).

Tais princípios não explicitam a função pedagógica dos museus. Somente no Capítulo II, Seção II, Subseção II desse Estatuto é que se encontra no título a expressão *ação educativa* (“Do Estudo, da Pesquisa e da Ação Educativa”). No artigo 29 também localiza-se especificamente a seguinte menção:

Art. 29 – Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação. (Brasil, 2009, grifos nossos).

A década de 2010 foi marcada por um investimento nos setores educativos dos museus no Brasil e o debate sobre educação em museus tornou-se profícuo. Outro documento importante elaborado sobre o tema foi a Portaria n. 422, de 30 de novembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal (PNME), construída de maneira democrática por “servidores do IBRAM, educadores museais, integrantes das REMs [Rede de Educadores de Museus], professores dos diversos níveis e esferas de ensino, estudantes, profissionais e usuários de museus” (Brasil, 2017). Além de outras providências, o documento conceitua a educação museal e enfatiza a importância da relação museu-comunidade: “Art. 2º – Para fins desta Portaria compreende-se por Educação Museal um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade” (Brasil, 2017).

Esse contexto apontava para a relevância da educação museal como possibilidade de experiências educativas transformadoras para todos, incluindo as crianças pequenas. Assim, cabe pensar na relevância científica, bem como na inserção social das ações museais. Mas, desde o governo interino de Michel Temer (2016-2018), as políticas de proteção do patrimônio sofreram com cortes orçamentários. Tal decisão traduziu-se em falta de financiamento e de condições de manutenção de vários museus no Brasil, haja vista o incêndio que destruiu o Museu Nacional em 2 de setembro de 2018. Dando continuidade a essa pouca preocupação com a cultura, o ex-presidente Bolsonaro (2019-2022) diminuiu drasticamente o financiamento das políticas culturais. Ao assumir o cargo, uma de suas primeiras medidas foi transformar o MinC em uma secretaria vinculada ao Ministério do Turismo. Mais recentemente, com o novo governo federal que assumiu em 2023, assistimos à recriação do MinC e à retoma das pautas sobre financiamento das políticas públicas para a cultura, como peça fundamental para a construção e valorização da identidade brasileira.

É preciso salientar que muito foi discutido e produzido ao longo dos anos 2000. No bojo das discussões estabelecidas logo após a criação do IBRAM, foram realizadas pesquisas e publicados artigos como o intitulado “Uma experiência de educação patrimonial no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville”. Neste artigo, Souza e Weiers (2010) relatam a experiência do Projeto de Atendimento ao Público de Educação Infantil no museu indicado. Esse projeto buscou aproximar a criança do universo museológico a partir de atividades lúdicas, como teatro de fantoches, atividades de percepção sensorial, oficinas de artes, a visita ao museu e um lanche coletivo no jardim da instituição. Essas atividades diferenciadas tinham

[...] como princípio proporcionar às crianças dessa faixa etária (5 e 6 anos) a possibilidade de conhecer este espaço como um espaço público de valorização do patrimônio, de experimentação e construção do conhecimento através de atividades lúdicas. (Souza; Weiers, 2010, p.29).

As autoras ressaltam como desafios dessa experiência, além da realização das atividades lúdicas, a promoção de políticas públicas que incorporassem ao Projeto Político Pedagógico das escolas a temática da educação museal, viabilizando ações de visitas aos museus e também a capacitação de professoras/es. Consideraram ainda que tais atividades contribuem para estreitar relações sociais e para a formação cidadã da criança.

A relação do público escolar com os museus e as possibilidades de ampliação das experiências com o patrimônio histórico (ou a inexistência dessa relação) foram

discutidas também por Erven e Miranda (2014). Sobre esses assuntos, as autoras apontam que:

Cada vez mais vemos museus produzindo materiais, prestando serviços, influenciando no debate acerca de políticas públicas para a Educação e Cultura e contratando profissionais para cumprir esse vasto rol de tarefas, a sua significativa ampliação numérica e quantitativa, como espaços de cultura nas cidades, *vem ampliando, também, a possibilidade de parcerias com as escolas* (Erven; Miranda, 2014, p. 93, grifos nossos.).

E é justamente com esse debate que o livro resenhado: *Habitar o museu com a criança pequena: formação colaborativa como possibilidade*, de Solange de Fátima Gabre, publicado em 2021, vem a contribuir. A autora é professora de Artes na Rede Municipal de Ensino de Curitiba e atua na área de formação continuada de professoras/es da Educação Infantil¹ e profissionais de museus, subsidiando tais profissionais quanto à prática de visitar museus com o público infantil.

A obra é estruturada em seis capítulos, sendo fruto da tese de doutorado de Solange Gabre, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) em 2016. A pesquisadora apresenta e investiga o desenvolvimento de uma proposta de trabalho colaborativo entre professoras/es da Educação Infantil e profissionais do Museu de Artes de Curitiba (MuMA), numa perspectiva de formação continuada, problematizando e refletindo sobre o lugar da criança pequena no museu. Criança esta que não está somente inserida na cultura, mas que é também produtora de cultura.

Como palavras-chave desse livro, destacam-se os vocábulos *educação; educação infantil; educação museal; formação continuada e trabalho colaborativo*. A experiência profissional da autora lhe confere um olhar atento, que percebe a necessidade da formação continuada não somente para professoras/es, mas também para os profissionais dos museus, trazendo uma relevante contribuição a partir de sua experiência, por meio das ações concretas que foram construídas em cada encontro de formação realizado.

No primeiro capítulo, intitulado “Habitar o museu com a criança pequena”, a autora contextualiza o campo de pesquisa, apresenta suas motivações, justificativa e problematizações. Gabre (2021, p. 21) inicia explicitando o conceito de habitar como “se sentir pertencente a” e, por conseguinte, habitar o museu significa “se sentir acolhido nele”. Essas definições implicam e explicam a questão de que visitar um museu

¹ A primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil, apresenta uma trajetória histórica de lutas e desafios em prol da construção de sua identidade e de sua valorização social, inclusive na utilização das nomenclaturas creches e pré-escolas, que são bem mais usadas do que escolas infantis, como se não fossem instituições educativas.

é bem mais que assistir uma aula expositiva, mas criar vínculos, experienciar o momento vivido. Nesse ponto, a autora nos leva a algumas questões: como os museus acolhem as crianças pequenas de maneira que elas possam realmente habitá-los? Como fazer com que a criança se sinta acolhida num espaço que historicamente fora construído e constituído para o público adulto? Ao buscar responder a essas indagações, a autora afirma que se faz necessário mudar a perspectiva de que museu é “um lugar sagrado e para poucos, para uma elite cultural” (Gabre, 2021, p. 22).

Gabre acredita na importância da formação continuada para responder às questões levantadas e ainda defende a ideia de que o museu não é só espaço do público adulto, mas um espaço pensado e construído pela e para a humanidade, englobando os públicos mais diversos. A autora trabalha com a hipótese de que a realização de um trabalho colaborativo entre professoras/es da Educação Infantil e profissionais do museu, à luz de uma formação continuada sistematizada, pode potencializar as práticas destes profissionais, fazendo com que tenham consciência e conhecimentos adequados para propiciarem às crianças pequenas visitas significativas aos museus. O vocábulo “empoderamento” é utilizado para se referir ao fato de que as/os professoras/es sejam capazes de planejar e executar atividades de visitas a museus com total clareza de seus objetivos, assumindo uma postura de apoio ao profissional do museu e não de meros expectadores.

No segundo capítulo, sob o título “Museu de arte e sua dimensão educativa: (re)pensando a criança pequena como público”, a autora contextualiza a educação museal e a relação desta com o público escolar infantil. Tanto o International Council of Museums (Icom) quanto o Estatuto dos Museus abordam a função educativa do museu, e um de seus objetivos deve ser se aproximar do público. As práticas educativas museais são diferentes das que acontecem nas escolas, e o museu deve construir um fazer educativo específico para cada público que o frequenta.

A autora reforça, nesse capítulo, a importância das relações interinstitucionais e da formação continuada, que vem a ser um pensar conjuntamente, para se tornar uma estratégia de acolhimento, em que uma instituição visita a casa da outra, criando uma abordagem de proximidade e também de alerta para a necessidade da construção de mais laços e pontes. Na obra, são destacados três momentos importantes para a realização de uma visita escolar ao museu: antes da visita, no espaço escolar, momento em que a/o professor/a contextualiza o que será apresentado no museu; durante a visita, no espaço do museu; e depois da visita, no espaço da escola, pois a atividade não se encerra no museu, a continuidade da visita se processa por meio de uma

sistematização, de um registro sobre o que a visita representou para cada uma das crianças.

No terceiro capítulo, “Formação continuada e o trabalho colaborativo: uma tendência da educação contemporânea”, a autora discute a formação do/a professor/a de Educação Infantil e a necessidade de um desenvolvimento artístico-cultural para esse docente. A partir da contextualização da Educação Infantil, apresenta nesse capítulo um breve histórico desta etapa de ensino. Como o campo de atuação do profissional da infância é recente no contexto brasileiro, no texto são apontados três grandes marcos para a Educação Infantil: A Constituição Federal de 1988, que delega a assistência gratuita às crianças; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que no Capítulo IV versa sobre o direito da criança à educação, à cultura, ao esporte e lazer; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que garante a etapa da educação infantil como componente obrigatório da Educação Básica. Um dos avanços ressaltados é a superação da concepção assistencialista da Educação Infantil, para uma visão educativa, na qual o educar e o cuidar são indissociáveis. É importante salientar também o conceito de criança como um sujeito histórico e social, que possui uma cultura própria e que também produz cultura. Na medida em que a infância tem suas singularidades, cabe ao profissional da Educação Infantil algumas características específicas.

A autora deixa claro que é necessário facilitar o acesso do/a professor/a aos bens culturais e artísticos, fomentando essa dimensão nas formações. Destaca ainda a importância do trabalho de colaboração entre educação escolar e educação museal não como uma via de mão única, na qual o museu oferece cursos e a escola assiste, pois defende a necessidade de abertura e diálogo entre ambas as instituições.

No quarto capítulo, Gabre descreve como foi realizado seu trabalho de campo, que teve como metodologia a pesquisa-intervenção, uma abordagem qualitativa. O título deste capítulo é “A formação continuada e o trabalho colaborativo como campo de pesquisa: para pensar o público infantil no museu”. Como foi dito, os sujeitos participantes são professoras/es da Educação Infantil e profissionais do museu. São profissionais de áreas distintas, mas que em suas ações conjuntas possibilitam pensar a criança pequena em um museu de arte, que é o propósito comum. No trabalho de campo, esses profissionais participaram da formação continuada, que recebeu o nome de *Para habitar o museu com o público infantil*. Ao fim, o esforço gerou a exposição *Com olhos de criança: o acervo do MuMA*, um trabalho colaborativo.

Foram realizados no total 20 encontros formativos, planejados de maneira coletiva e democrática, incorporando teoria, prática e reflexão, envolvendo e conectando os sujeitos envolvidos. De maneira sucinta, nesses encontros foi trabalhado o conceito de criança pequena; a comunicação entre o adulto e a criança; a ação educativa do museu; a curadoria educativa; e os passos para a preparação de uma exposição (planejamento, escolha das obras, definição da expografia, propostas para a mediação, montagem e abertura). Fazendo parte do cronograma desses encontros formativos, aconteceram também a visita dos mediadores à escola e a visita das crianças à exposição.

No quinto capítulo, intitulado “Efeitos do trabalho colaborativo na formação cultural de professoras da infância e profissionais do museu”, a autora mostra como se deu a organização e a análise dos dados da pesquisa. Destacam-se como pontos positivos a aproximação entre os profissionais da escola e do museu, favorecendo um trabalho participativo e o entendimento de que a mediação não é só responsabilidade do profissional que atua no museu; a percepção da importância do trabalho em equipe; a resignificação dos conceitos de museu e criança; a oportunidade de planejamento e organização de atividades museais realizadas por todos os envolvidos; e a tomada de consciência dos envolvidos quanto à necessidade do investimento em ações inovadoras no contexto da formação continuada – que poderá se transformar em uma ação permanente a partir de políticas públicas de acesso à arte.

No sexto e último capítulo, sob o título “Formação cultural colaborativa: possibilidade para habitar o museu com as crianças pequenas”, Gabre valida suas hipóteses, confirmando o fato de que a formação cultural com formação colaborativa é uma possibilidade de contribuir no desenvolvimento profissional de professoras/es da Educação Infantil e de profissionais do museu. Dessa maneira, o resultado é que esse trabalho colaborativo possibilite às crianças pequenas habitar verdadeiramente o museu de arte. Nesse capítulo, evidenciou-se o aprendizado desenvolvido e a possibilidade de novas trajetórias.

É possível dizer que o livro de Gabre é responsável por criar um cenário propício de transformações positivas, tanto para as escolas quanto para os museus. A parceria estabelecida para a realização da formação continuada propiciou um fortalecimento recíproco, de modo que os saberes foram amplamente valorizados. Experiências e ações como essas são construções de sentidos e acionam as duas instituições como espaços diferentes, mas cujo principal foco é o desenvolvimento humano, uma vez que é papel

de ambas as instituições a promoção da cidadania, fazendo valer os direitos da criança pequena.

A leitura da obra deixa claro que atividades desconectadas e pontuais não promovem educação museal e são desprovidas de sentido, pois “educar tem a ver com produção de sentidos” (Larrosa, 2017, p.309). Colaborando com as ideias de Rodrigo (2007), tem-se o museu como comunidade de aprendizagem, que desenvolve ações para e com a comunidade local, e assim também deve ser a escola. De acordo com Leite (2012, p. 348), museus são “lugares de experiência formativa que transita na interface da cognição com o sensível”. Todas essas dimensões estão presentes no livro que com muito prazer lemos e resenhamos.

Enfim, a publicação mostra uma proposta viável de parceria e aprendizado mútuo. No contexto atual, ainda temos muito a construir e reconstruir, mas ficou claro na pesquisa de Gabre que a parceria da escola com o museu, pautada em ações dialógicas e compartilhadas, é uma das maneiras para a criança pequena realmente conseguir habitar o museu. Como Larrosa (2017, p.236), também acreditamos em “um museu sem obstáculos físicos, comunicacionais ou atitudinais”. Da mesma maneira, desejamos uma escola sem muros, que estabeleça parcerias interinstitucionais e que respeite a criança enquanto produtora de cultura.

Os pesquisadores demonstram que, no Brasil, o maior público dos museus é o público escolar. Em artigo publicado em 2005, Koptcke afirmou que, mesmo sendo as visitas de crianças em idade escolar numerosas, entre 50 e 99% dentre os frequentadores de museus em nosso país, “a criança e a classe popular são, muitas vezes, percebidas sob uma ótica de minoridade intelectual que se caracteriza pela menos-valia do seu capital simbólico” (Koptcke, 2005, p. 202).

Assim, cabe aqui um questionamento: se não for por intermédio da escola, quem apresentará e fomentará o hábito de visitas aos museus? A formação continuada é uma excelente estratégia de aproximação das/os professoras/es aos bens culturais e artísticos, fazendo com que estes sejam o elo entre a criança e o museu, pois apresentamos aos outros aquilo que conhecemos, e o/a professor/a que não conhece o museu não o apresentará para seus educandos. Recomendamos a leitura da obra de Gabre para os profissionais de museus, para professoras/es, pedagogos e gestores de escolas, independentemente do nível de escolarização, pois adaptações são possíveis de se realizar de maneira que não só a criança pequena, mas todos habitem realmente os museus brasileiros, cada vez mais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. São Paulo, Atlas, 1991.

BRASIL. **Lei n. 11.904**, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Portaria n. 422**, de 30 de novembro de 2017. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal – PNEM e dá outras providências. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/Portaria-422-2017-PNEM.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

ERVEN, Maria Fernanda van; MIRANDA, Sônia Regina. Crianças nos templos das Musas: mediadores culturais, processos de significação e aprendizagens em museus. **Revista História Hoje**, v. 3, n. 6, p. 91-119, 2014.

GABRE, Solange. **Habitar o Museu com a criança pequena**: formação colaborativa como possibilidade. Curitiba: Appris, 2021.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. **Museu, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1977.

GUARNIERI, Waldisa Rússio. Texto III. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, Governo Democrático de São Paulo, CONDEPHAAT, p. 59-88, 1984.

ICOM – **International Council of Museums**. Disponível em: <https://www.icom.org.br/>. Acesso em: 10 out. 2022.

KOPTCKE, Luciana Sepúlveda. Bárbaros, escravos e civilizados: o público dos museus no Brasil. In: CHAGAS, Mário. (Org.). **Museus**: antropofagia da memória e do patrimônio. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 31, Rio de Janeiro: IPHAN, p. 184-205, 2005.

LARROSA, Jorge. **Elogio da Escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

LEITE, Maria Isabel. Museu: Espaço impulsionador de reconfigurações identitárias docentes. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 32, n. 88, p. 335-350, set./dez. 2012.

RODRIGO, Javier. Pedagogía Crítica y educación em museos. Marcos para uma educação artística desde las comunidades. In: FÉRNANDEZ, Olga; DEL RÍO, Victor. (Ed.). **Estrategias críticas para una práctica educativa en el arte contemporáneo**. Valladolid: Museo Patio Herreriano, p. 118-132, 2007.

SILVA, Marcela Virgínia T. Do SPHAN ao IBRAM: Subsídios para compreender a produção documental dos museus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). In: **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, v. 3, n. I, p. 60 - 75, nov. 2015.

SOUZA, Flávia Cristina A. de. WEIERS, Meriluce S. Uma experiência de educação patrimonial no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville: provocando sensações e estimulando percepções. **Revista CPC**, n. 9. p. 25-41, abr. 2010.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

A RELAÇÃO DAS CRIANÇAS COM OS MUSEUS: PROPOSTA DE UM TRABALHO COLABORATIVO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA

The children's relationship with the museum: proposal for a collaborative work for the democratization of culture

Elizandra Cristina da Silva

Mestra em Educação

Programa de Pós Graduação em Educação da
Universidade Federal de São João Del-Rei
Departamento de Ciências da Educação
São João Del-Rei, Brasil

elizcrissilva@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0009-0002-1319-9621>

Christianni Cardoso Morais

Doutora em História

Professora Associada da Universidade Federal de São João Del-Rei
Departamento de Ciências da Educação
São João Del-Rei, Brasil

tianni@ufs.edu.br

<https://orcid.org/0000-0001-6083-0864>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR ELIZANDRA

Rua Chagas Campos, 84B, Centro, 36320-000, Prados, MG, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: E. C. da Silva.

Coleta de dados: E. C. da Silva.

Análise de dados: E. C. da Silva, C. C. Morais.

Discussão dos resultados: E. C. da Silva, C. C. Morais.

Revisão e aprovação: E. C. da Silva, C. C. Morais.

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 30-06-2023 – Aprovado em: 14-02-2024